



PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1853)

Lorena Elaine Porto¹

As únicas províncias criadas no Império foram as do Amazonas e do Paraná. Para a criação da província do Amazonas foi desmembrada da província do Pará a antiga capitania de São José do Rio Negro, em 1850. Para a criação da província do Amazonas não foi difícil a tarefa em face da oposição quase nula que a Câmara e o Senado se fez. Pode-se dizer que a lei criadora da nova província surgiu por entre as chispas combativas de outro assunto que se debatia na Câmara Federal: o projeto para a criação da província do Paraná, que sofria emendas constantes para evitar o seu encaminhamento. São Paulo, a quem a região que viria a ser o Paraná pertencia, prosperava entre as províncias do Império. Os políticos paulistas controlavam a vida nacional e encontravam sempre recursos para o embargo a qualquer tentativa que viesse consertar a divisão administrativa do Brasil. Se este problema fosse atacado, não há dúvida que algumas novas unidades nasceriam do vasto território paulista que o bandeirante conquistou e soube defender.

Havia, durante o período do Império, certa dificuldade em manter a unidade nacional. O território brasileiro é vasto, até os nossos dias, mas naquela época manter a unidade passou a ser um desafio muito grande. As diferenças culturais eram profundas, e as lideranças locais gostariam de ter mais autonomia, o que poderia levar, eventualmente, a fragmentação do território em pequenas repúblicas, como aconteceu no restante da América Latina. Além disso, os parlamentares do império afirmavam que o retalhamento das províncias faria o Brasil transformar-se em uma “amontoado de rodilhas”. Era uma preocupação real manter o país unido. Desta forma, procurar “dividir”

¹Acadêmica de História na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Estágio na Câmara Municipal de Curitiba supervisionado pela prof^a. Dr^a. Daniele Saucedo (PUCPR).



a extensão territorial de largas províncias como a de São Paulo, poderia causar desconforto. O que de fato ocorreu. Os paulistas colocaram diversas dificuldades e adiamentos na emancipação da Comarca de Curitiba. Porém a dificuldade administrativa estava cada vez mais presente.

A primeira ideia da separação do que hoje é o território do Paraná, surgiu na Câmara de Paranaguá a 6 de julho de 1811, com um pedido ao então príncipe regente, D. João. A cidade de Paranaguá estava distante da capital da capitania, São Paulo, cerca de 530 km, e tão longe das vistas do governador e pouco poderia lhe interessar um lugar tão inóspito. Assim, as relações de Paranaguá com a Corte do Rio de Janeiro eram muito mais diretas devido à comunicação marítima, com Paranaguá possuindo um excelente porto. Desta forma, a cidade pedia uma capitania própria, independente de São Paulo, com sede em Paranaguá.

As alegações de São Paulo, para se opor a este projeto, foram as que na região somente havia homens de pouca instrução e que não cuidavam do desenvolvimento da agricultura. Além disso, o governo central enviou um homem para verificar as condições da região, dando um parecer desfavorável à criação da província. Paranaguá tentou uma separação quando as Cortes de Lisboa estavam reunidas e, conseqüentemente, o príncipe regente, D. Pedro I, declarou a independência do Brasil. Porém, a conjura separatista de Paranaguá não vingou, porque o levante foi rapidamente abafado e exigia-se que seus líderes fossem castigados. Entretanto nada lhes aconteceu. E este projeto foi deixado de lado por muitos anos.

Houve novo pedido de separação da comarca, agora no ano de 1835, mas nada foi feito. Curitiba chama a atenção do governo imperial em 1842, quando ocorriam dois conflitos revolucionários. O primeiro é conhecida como a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul, e a outra com um levante em Sorocaba. O Império desejava manter a comarca de Curitiba longe desses conflitos. Entretanto, o levante de Sorocaba chega à



região sul, provocando um levante também aqui. Muitos queriam a separação de São Paulo e que fosse proclamado um presidente e outros queriam um governo provisório com três membros. Quando as reuniões noturnas e na Câmara já estavam se desenrolando para uma possível separação à revelia, cartas da Corte do Rio de Janeiro chegaram, pelas mãos de João da Silva Machado, o futuro Barão de Antonina, prometendo que a Comarca seria elevada à província; ficaram satisfeitos e desmobilizaram-se.

Silva Machado fez um acordo com o Barão de Monte Alegre, então governador de São Paulo: 1º) de que a Comarca de Curitiba seria elevada a província, 2º) que Silva Machado seria o presidente da nova província e que 3º) Silva Machado seria agraciado com o título de barão. A primeira condição é verdadeira, a segunda é desmentida pelo próprio Silva Machado em carta (“a presidência nem em pensamento”) e a terceira é improvável visto que não queria assumir o cargo de presidente.

Em carta de 29 de junho de 1842 ao governador, Silva Machado insistia no desmembramento da Comarca dizendo: “Os curitibanos estão firmes porém minha palavra está empenhada: como rocha e nada há a temer; tendo-lhes prometido que esta comarca em breve será separada por um decreto; ela já está de fato. Sessenta e tantos mil habitantes têm justos motivos para esperar esta graça do Soberano, em recompensa de sua decisão, de sua conduta na presente crise, e mesmo em outras e que se tem armado para fazer uma carranca aos rebeldes do sul”. No mesmo ano, Curitiba é elevada à categoria de cidade.

No ano seguinte, 1843, as Câmaras de Curitiba, Paranaguá, Antonina e Morretes, fizeram pedidos extensivos para a elevação da comarca à província. Em abril daquele ano, um deputado paulista pediu todos os documentos para levantar informações sobre a comarca, como sua produção, alfândega, contribuição da comarca para a renda provincial, etc. Os documentos foram levantados e enviados ao Ministro



do Império. No dia 29 de abril o deputado paulista Carlos Carneiro de Campos, visconde de Caravelas, apresenta o projeto para a elevação da Comarca à província. A seção foi disputada, com diversos deputados sendo contra o projeto e tantos outros a favor. O projeto foi finalmente rejeitado.

Em 1850 um novo projeto é apresentado aos deputados do Império. Rapidamente um deputado, Joaquim Nébias, pede que o projeto seja adiado, como tantas outras vezes se fez com o intuito de não levar a cabo a elevação da comarca. É quando surge, em apoio ao projeto, Antônio Cândido da Cruz Machado que se fez de paladino da causa, nesta última etapa da campanha. Havia o receio com as fronteiras do Brasil com os Estados vizinhos, principalmente com a falta de atenção do governo de São Paulo com os rincões da sua província. Assim “trata-se de criar um centro administrativo que possa trazer em resultado fortificações e povoações nas nossas fronteiras, antes que, algum tempo adiante, sejamos apanhados desprevenidos, ou antes que apareçam conflitos a respeito do nosso território” (A divulgação, p. 24)

Os deputados que se opunham ao projeto afirmavam que não havia razão para a criação dessa nova província, já que outras maiores não buscavam o mesmo. Eles viam que somente por interesses políticos que o projeto estava em discussão, com o único objetivo de criar uma nova cadeira para o Senado. Entretanto, os que defendiam o projeto afirmavam que a necessidade de criar essa província era premente. O policiamento das fronteiras, o desenvolvimento econômico, agrário e pecuário, além de que os impostos fariam o investimento local e não serem enviados para São Paulo, de onde jamais retornavam.

Neste período foi feito diversos baixo assinados da população de Curitiba, Antonina, Palmas, Morretes e Guarapuava, com o objetivo de demonstrar o desejo da população em separar-se de São Paulo. A população ansiava por independência e acusava os paulistas de impedi-los de se desenvolverem. O projeto estava sendo



discutido na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro. Diversas vezes houve tentativa de adiar a discussão ou de tirar o projeto da pauta. Porém, apesar dos percalços, o projeto chegou à 3ª discussão e foi finalmente aprovado em 20 de agosto de 1853, estabelecendo Curitiba como capital, para desgosto de Paranaguá.

Somente em dezembro o novo presidente da província, Zacarias de Góis e Vasconcelos, desembarca em Curitiba, estabelecendo o novo governo, em 19 de Dezembro de 1853, fundando a província do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. 12/08/1853 Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pagfis=2286. Acessado em: 18/08/2024

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. 15/09/1849. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pesq=Coritiba&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14438. Acessado em 10/08/2024

Annaes do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro. 09/07/1851. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=31020>. Acessado em: 12/08/2024

Annaes do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro. 04/06/1850. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=30030>. Acessado em: 16/08/2024

Annaes do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro. 09/07/1851. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=31020>. Acessado em: 17/08/2024

Annaes do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro. 04/07/1850. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?>



[bib=132489&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=30030](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=30030).
Acessado em: 18/08/2024

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 25/01/1853. Disponível em:
[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?
bib=094170_01&pesq=Coritiba&pasta=ano
%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=38013](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=38013). Acessado em: 22/08/2024

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 02/07/1852. Disponível em:
[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?
bib=094170_01&pesq=Coritiba&pasta=ano
%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=38635](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=38635). Acessado em: 27/08/2024

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 23/07/1850. Disponível em:
[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?
bib=094170_01&pesq=Coritiba&pasta=ano
%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=38719](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=38719). Acessado em: 25/08/2024

O Brasil. Rio de Janeiro. 27/07/1850. Disponível em:
[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?
bib=709565&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5193](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709565&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5193).
Acessado em: 23/08/2024

O Século. Rio de Janeiro. 05/10/1850. Disponível em:
[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?
bib=749567&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=560](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749567&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=560).
Acessado em: 27/08/2024

O Século. Rio de Janeiro. 12/11/1850. Disponível em:
[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?
bib=749567&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=624](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749567&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=624).
Acessado: 01/09/2024

O Velho Brazil. Rio de Janeiro. 13/08/1853. Disponível em:
[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?
bib=332666&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=77](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332666&pesq=Coritiba&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=77).
Acessado em: 02/09/2024



A Divulgação. Curitiba. Janeiro e Fevereiro de 1953. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=095346&pesq=emancipa%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=743>. Acessado em 27/08/2024